



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

REQUERIMENTO Nº / 2008
(Da Sra. Perpétua Almeida)

Solicita que sejam convidados a Ministra do Meio Ambiente, Sra. Marina Silva, a Governadora do Pará, Sra. Ana Júlia Carepa, e o Ministro do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Sr. Roberto Mangabeira Unger para comparecerem a esta comissão, em audiência pública a ser agendada, tendo como objetivo debater o tema reforma tributária para o Desenvolvimento sustentável do Brasil.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o plenário, que sejam convidados a Ministra do Meio Ambiente, Sra. Marina Silva, a Governadora do Pará, Sra. Ana Júlia Carepa, e o Ministro do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Sr. Roberto Mangabeira Unger para comparecerem a esta comissão, em audiência pública a ser agendada, tendo como objetivo debater o tema Reforma tributária para o Desenvolvimento sustentável do Brasil.

Sala das Comissões, de de 2008.

PERPÉTUA ALMEIDA
DEPUTADA FEDERAL PCdoB/AC



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICATIVA

O Governo Federal apresentou sua proposta de Reforma Tributária, PEC 233/2008. Uma iniciativa importante visando simplificar a verdadeira teia burocrática do nosso atual sistema tributário, reduzir a sua cumulatividade e tornar nosso país mais competitivo no comércio internacional. A proposta também é uma grande oportunidade para debatermos uma solução de longo prazo para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

A Proposta de Reforma Tributária do governo vem em hora boa. O Brasil esta crescendo e a repartição do bolo fiscal fica mais fácil quando ele esta grande. Não podemos ser gulosos na repartição deste bolo para que o país continue tendo um bolo em constante crescimento.

A proposta de reforma tributária do governo cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, O FNDR. Extingue os fundos constitucionais, FCO, FNO, FNE. Este novo fundo terá como objetivo desenvolver as regiões mais pobres do país com investimentos em infraestrutura. Estima-se que este fundo terá mais recursos que a soma dos fundos regionais anteriores.

Porém, as políticas de desenvolvimento regional devem levar em consideração a vocação de cada região. No caso da região norte, A Amazônia deve ter tratamento especial, isto é desenvolvimento estratégico.

Desenvolvimento para a Amazônia é dotar a região de Institutos de Pesquisa, universidades, pesquisadores que desvendem as riquezas daquela região e as transformem em bens rentáveis para o país.

O Fundo de Desenvolvimento deve proteger a floresta, beneficiando os estados que preservam seu meio ambiente. A proposta denominada FPE-VERDE, vem neste sentido, busca beneficiar com repasses maiores os estados que preservam sua biodiversidade.

Desta forma, solicito o apoio dos nobres pares para debatermos medidas dentro da reforma tributária que visem estimular o desenvolvimento sustentável do Brasil e da Amazônia.